

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2025

Institui Programa de Bolsa Alimentação para

Pacientes Diabéticos

Autor: Deputado LEO PRATES

Relator: Deputado MESSIAS DONATO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 12, de 2025, de autoria do ilustre Deputado Leo Prates, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Bolsa Alimentação para Pacientes Diabéticos, com o objetivo de garantir o acesso a alimentos adequados e saudáveis para pacientes com diabetes mellitus, proporcionando-lhes uma dieta de restrição de açúcar e promovendo melhorias na sua saúde e qualidade de vida.

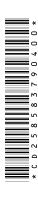
O projeto tem regime ordinário de tramitação e foi distribuído à apreciação conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Saúde; de Finanças e Tributação (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR







Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 12, de 2025, de autoria do ilustre Deputado Leo Prates, que tem por objetivo instituir o Programa de Bolsa Alimentação para Pacientes Diabéticos, com vistas a assegurar o acesso a alimentos adequados à saúde nutricional de pessoas acometidas por diabetes mellitus, em especial àquelas em situação de vulnerabilidade social.

A proposição prevê o fornecimento mensal de cestas alimentares compostas por produtos compatíveis com a dieta restritiva imposta pela condição clínica dos beneficiários, com foco em alimentos frescos, integrais, ricos em fibras, proteínas magras e adoçantes seguros ao consumo de diabéticos.

O projeto em análise reveste-se de grande mérito social e sanitário, ao buscar atender um segmento populacional que, por limitações socioeconômicas, frequentemente encontra dificuldade no acesso a alimentos compatíveis com as recomendações médicas para o controle do diabetes. Trata-se de medida de saúde preventiva, que contribui para a promoção do bem-estar e a redução de custos ao sistema público de saúde, ao evitar complicações decorrentes do descontrole glicêmico.

A proposta original previa que os alimentos fornecidos pelo programa fossem adquiridos exclusivamente da agricultura familiar. No entanto, essa vinculação obrigatória poderia restringir o número de fornecedores habilitados, dificultando a logística de aquisição e entrega das cestas alimentares, além de potencialmente elevar os custos operacionais do programa. Ademais, a exigência de aquisição exclusiva da agricultura familiar poderia burocratizar excessivamente a gestão do programa, comprometendo sua eficiência e sustentabilidade.

Importante destacar que já existe, no âmbito federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, que tem como uma de suas finalidades incentivar a agricultura familiar por meio da compra de seus produtos para abastecer programas sociais. O PAA estabelece que, sempre que possível, um mínimo de 30% das compras públicas de gêneros alimentícios seja direcionado à aquisição de produtos de agricultores familiares e de suas organizações. Dessa forma, a proposta ora apresentada não







impede que os alimentos fornecidos aos pacientes diabéticos sejam adquiridos da agricultura familiar, mas evita impor essa exigência de forma exclusiva, permitindo maior flexibilidade e eficiência na implementação do programa.

Além disso, o substitutivo apresentado aprimora a técnica legislativa ao evitar a atribuição direta de competências a órgãos do Poder Executivo, o que poderia incorrer em vício de iniciativa, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal. Assim, a definição da estrutura de execução e fiscalização do programa será estabelecida em regulamento posterior, respeitando as diretrizes da Política Nacional de Saúde e as competências dos entes federativos.

Por fim, o substitutivo esclarece expressamente que a entrega dos alimentos será realizada de forma gratuita aos beneficiários, conferindo segurança jurídica à norma e evitando dúvidas interpretativas.

Diante do exposto, e considerando o impacto positivo da proposição para a promoção da saúde pública, solicito o apoio dos nobres Pares para a **aprovação** do Projeto de Lei nº 12, de 2025, na forma do **substitutivo** ora apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258583790400

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Messias Donato

Deputado MESSIAS DONATO Relator





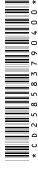
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2025

Institui Programa de Bolsa Alimentação para Pacientes Diabéticos.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Bolsa Alimentação para Pacientes Diabéticos, com o objetivo de garantir o acesso a alimentos adequados e saudáveis para pessoas com diabetes mellitus, proporcionando-lhes uma dieta com baixo teor de açúcares e promovendo melhorias na sua saúde e qualidade de vida.
- **Art. 2º** O Programa visa assegurar às pessoas com diabetes mellitus, de forma gratuita, uma cesta mensal de alimentos e insumos essenciais à manutenção de uma dieta saudável e controlada, incluindo:
- I alimentos frescos, integrais e ricos em fibras, tais como legumes, verduras,
 frutas selecionadas, grãos integrais e proteínas magras;
- II adoçantes naturais ou artificiais que sejam seguros para o consumo de pessoas com diabetes, em substituição ao açúcar refinado;
- III outros produtos adequados ao regime alimentar necessário ao controle do diabetes, conforme definido em regulamento.
- **Art. 3º** O Programa destina-se a pessoas com diabetes mellitus em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme critérios definidos em regulamentação específica.







- **Art. 4º** A distribuição dos alimentos será realizada mensalmente em unidades de saúde pública ou em pontos de apoio definidos pelo gestor do programa, onde os pacientes poderão retirar suas cestas.
- **Art. 5º** A forma de coordenação, fiscalização e avaliação do programa será estabelecida em regulamento, observadas as diretrizes da Política Nacional de Saúde e as competências dos entes federativos.
- **Art. 6º** O Programa contará com recursos orçamentários próprios, podendo ainda receber doações, subsídios e parcerias com entidades privadas e organizações da sociedade civil interessadas em promover a saúde pública.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado MESSIAS DONATO Relator

